Processo 008.852/2015-4
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Parecer

Diante dos elementos constantes dos autos, este representante do Ministério Público de Contas da União manifesta-se **de acordo** com a proposta oferecida pela Secretaria de Recursos (Serur), em pareceres uniformes (peças 51 a 53).

2. Por oportuno, com base na Súmula TCU 145 e no entendimento constante do subitem 9.3.3 do Acórdão 1.072/2017-TCU-Plenário (relator: Ministro Bruno Dantas), sugere-se, ainda, a remessa dos autos ao gabinete do relator da deliberação recorrida, Ministro Walton Alencar Rodrigues, para que seja alterado o texto do subitem 9.3 do Acórdão 1.422/2019-TCU-1ª Câmara (peça 41), passando este a ter a seguinte redação:

9.3. julgar irregulares as contas de José Alberto Azevedo e de Pedro Henrique Alencar Malaquias, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, “c”, 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, em regime de solidariedade, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao **Fundo Nacional de Saúde**, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

(...) (alteração no texto em negrito, em relação ao cofre de recolhimento)

3. Justifica-se a alteração do cofre credor, do “Fundo Municipal de Saúde de Olho d’Água das Cunhãs/MA”, conforme constou originalmente do subitem 9.3 do Acórdão 1.422/2019-TCU-1ª Câmara, para o Fundo Nacional de Saúde, ante o fato de que o débito apurado nesta TCE tem origem em dano ao erário propriamente dito, ou seja, decorre da realização de “despesas com recursos do Fundo Nacional de Saúde sem apresentar os comprovantes de liquidação [sem evidências, portanto, de que os valores tenham sido aplicados em prol de alguma finalidade pública]” (trechos comuns aos ofícios de citação dirigidos aos responsáveis, Srs. José Alberto Azevedo e Pedro Henrique Alencar Malaquias – p. 1 das peças 30 e 31).

Ministério Público, em 19 de Novembro de 2019.

Rodrigo Medeiros de Lima
Procurador